

A POSIÇÃO SEMIPERIFÉRICA DO BRASIL NA ECONOMIA GLOBAL

Janaína Rosa de Moura

Resumo: o presente estudo tem por objetivo analisar a inserção brasileira nas grandes cadeias globais de valor, frente ao processo de transformação na divisão internacional do trabalho que está em curso, associado ao modo de regulação neoliberal. No decorrer da pesquisa, utilizou-se uma abordagem qualitativa, pautada principalmente na revisão bibliográfica de artigos, dissertações, teses e livros publicados sobre o tema, além de dados quantitativos retirados da Plataforma *COMEX-VIS*. Notou-se através da presente pesquisa que o Brasil não precisa deixar de ser um grande exportador de commodities, especialmente porque a exportação de gêneros agropecuários e minerais têm um peso gigantesco na balança comercial brasileira, contudo, é necessário pensar na ampliação da capacidade de produção de conteúdo tecnológico, além de seguir às novas tendências da economia verde, inclusive, para não correr o risco de perder a própria pujança agroexportadora.

Palavras-chave: Economia Verde; Fordismo; Pós-Fordismo; Semiperiferia; Tecnologia

BRAZIL'S SEMI-PERIPHERICAL STATUS IN GLOBAL ECONOMY

Abstract: this Project aims to analyze Brazil's presence in the major global supply chains, following the ongoing transformation of the international work division, linked to neoliberal regulation. During the research was used a qualitative approach, done mainly through bibliographical research from academic papers, books about this theme, and data extracted from the *COMEX-VIS* platform. It was concluded that Brazil does not need to leave its agricultural potential, especially due its massive influence in the country's public account, although it really should re-evaluate Brazil's role in the global economy, mainly investing in technology production and following green economy trends, especially to prevent to keep the *commodities* powerhouse status.

Keywords: Green Economy; Fordism; Post-Fordism; Semi-periphery; Technology.

INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XX foram marcadas por transformações profundas no campo econômico, tecnológico, político, cultural e na própria percepção humana de tempo e espaço, frente à imagem de um mundo acessível, ao alcance de todos.

A possibilidade de atuação em escala global provocou uma revolução nas estruturas produtivas e nas formas de organização espacial. A implementação de um modelo de produção universal passou a ser viável, diante das notáveis transformações verificadas nos setores de comunicação, informação e transportes, sobretudo, a partir da década de 1970. Nesse período, o regime fordista, engessado e despreparado para enfrentar qualquer mudança nas estruturas produtivas, passou por sucessivas crises que marcaram o período colocaram fim à *Golden Age* do Capitalismo e à combinação entre o Fordismo e o Estado Keynesiano.

Adiante, com as novas condições do mercado, iniciou-se um processo de transição para um regime de acumulação flexível, pós-fordista, associado ao neoliberalismo, segundo o qual a crise e melhoraria ante a competitividade global se fazia através da redução de custos associados ao *welfare state*, sobretudo, no que se refere às relações de trabalho.

Nesse contexto, surgiram as grandes cadeias globais de valor, estruturadas em um modelo produtivo extremamente flexível, que permitiu fragmentar e espalhar as diferentes etapas da produção ao redor do mundo, buscando sempre os fatores de localização mais vantajosos para o desenvolvimento das cadeias produtivas.

Se, durante o Fordismo, poucos países do mundo vivenciaram o fenômeno industrial, no pós-fordismo as fábricas se espalharam globalmente, as etapas produtivas foram fragmentadas e alcançaram as mais diferentes regiões do planeta.

Antes se tinha uma relação de centro e periferia, aquele fornecendo produtos industrializados, com maior densidade tecnológica e valor agregado, investimentos e empréstimos; periferia fornecia matérias-primas, lucros e juros. O debate, nesse caso, girava em torno de hipóteses para superar a condição de periferia e o subdesenvolvimento.

Com o pós-fordismo, a divisão internacional do trabalho, ganhou a “semi-periferia”, complexa categoria com hierarquia de centro para a periferia, e de periferia para o centro.

Faz-se nesse trabalho a análise da inserção brasileira nas grandes cadeias globais de valor, frente ao processo de transformação na divisão internacional do trabalho que está em curso, associado ao modo de regulação neoliberal.

Em primeiro lugar, discutir-se-á sobre o processo de desenvolvimento, as características e a inserção da indústria brasileira na divisão internacional do trabalho clássica,

sob a perspectiva do regime de produção fordista, vigente até a década de 1970, aproximadamente. Em seguida, será abordada a inserção da indústria brasileira na nova divisão internacional do trabalho, frente ao modelo de produção em rede, introduzido pelo regime de produção pós-fordista, com advento do neoliberalismo, após a década de 1970, buscando identificar quais elementos seriam capazes de garantir ao Brasil uma posição de centralidade no sistema internacional de Estados contemporâneo.

1 O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA À LUZ DO FORDISMO

Inobstante o Fordismo não ter influenciado diretamente os processos que deram azo à manifestação do fenômeno industrial no Brasil, é possível fazer uma analogia entre o desenvolvimento da indústria brasileira iniciado no final do século XIX e a estratégia fordista introduzida em 1914 na indústria norte-americana.

O processo de industrialização no Brasil teve início na passagem do século XIX para o século XX, no contexto da abolição do trabalho escravo e a passagem para relações capitalistas de produção, concentrado no atual sudeste e, em boa medida, associado ao capital cafeeiro, aproveitando-se de condições favoráveis internamente geradas pelo “encilhamento”.

Segundo, Maria Yedda Linhares:

O complexo cafeeiro, ao acumular, criou o capital – dinheiro que se converteu em capital industrial e criou algumas das condições necessárias a essa transformação: uma oferta abundante no mercado de trabalho (a imigração de europeus para o café criaria excedentes para a indústria nascente) e uma capacidade para importar meios de subsistência/produção destinados à indústria nascente. Essa transformação, por exemplo, de capital monetário em meios de produção só fora possível porque o café passava por um auge exportador. (LINHARES, 2016, p. 267)

Vê-se que o desenvolvimento industrial brasileiro não conteve ruptura com o modelo agroexportador tradicional, tampouco seguido por modificações substantivas na agricultura e não conseguiu estabelecer relações capitalistas no campo. (LINHARES, 2016)

Na verdade, o desenvolvimento industrial brasileiro ocorreu de forma tardia e relativamente atrasada. Em grande medida, pode ser compreendido como um resultado involuntário, um efeito colateral decorrente de outras políticas governamentais que, embora implementadas para proteger o setor agroexportador, estimularam o surgimento e o desenvolvimento da indústria nacional. (SKIDMORE, 1998)

Ao contrário da atividade agroexportadora, voltada para o mercado externo, as atividades manufatureiras já nasceram voltadas à satisfação das necessidades do mercado

interno. Desde as primeiras “fábricas” têxteis instaladas no Nordeste, ainda no período colonial, para produzir sacaria e panos para cobrir o “nu” dos escravos, até a produção “industrial” de charque no Sul, também baseada no consumo dos cativos, o mercado interno escravista dava margem de acumulações de capital mercantil de maneira endógena (LINHARES, 2016).

Ao analisar o surgimento da indústria brasileira à luz da premissa fordista, que sugere a necessidade da formação de um consumo de massa, antes do início da produção em massa, fica fácil perceber o porquê do fenômeno industrial ter se manifestado no Brasil, somente após a abolição da escravidão. Além da incorporação de relações de trabalho capitalistas, Bóris Fausto atribui a origem do surto industrial, observado na última década do século XIX, a dois fatores inter-relacionados: o setor cafeeiro e a chegada dos imigrantes. (FAUSTO, 2006)

1.1 PRIMEIRO “SURTO INDUSTRIAL”

Os negócios do café lançaram as bases para o primeiro surto industrial, por várias razões: em primeiro lugar, ao promover a imigração e os empregos urbanos vinculados ao complexo cafeeiro, criaram um mercado para produtos manufaturados; em segundo lugar, ao promover os investimentos em estradas de ferro, ampliaram e integraram esse mercado; em terceiro lugar, ao desenvolver o comércio de exportação e importação, contribuíram para a criação de um sistema de distribuição de produtos manufaturados. Por último, é importante lembrar que as máquinas industriais eram importadas e a exportação do café fornecia os recursos em moeda estrangeira necessários para pagá-las. (FAUSTO, 2006, p. 287)

O fato de a indústria nacional ter nascido atrelada à empresa cafeeira explica o porquê da planta fabril brasileira ter se concentrado no sudeste do país. Esse fenômeno foi se aprofundando ao longo do tempo e se perpetua até os dias atuais. (LINHARES, 2016).

A introdução do trabalho assalariado e o ingresso em massa de imigrantes possibilitaram a formação de um mercado consumidor interno e ampliaram a elasticidade da oferta de mão-de-obra nos setores urbanos. As transformações vivenciadas no final do período imperial inauguraram uma nova realidade no país, com novas demandas a serem supridas, justificando a necessidade da industrialização por substituição de importações.

Nota-se que a formação do mercado consumidor precedeu a necessidade da produção em massa no Brasil. A transição da mão-de-obra escrava para a assalariada não desarticulou a estrutura política, mas modificou as relações de produção, resultando na ampliação do efeito multiplicador da economia, dada a especialização das fazendas de café. (GREMAUD, 2017)

À medida que o trabalho livre foi sendo introduzido no Brasil, desde a chegada dos primeiros imigrantes europeus até a abolição da escravidão em 1888, as condições objetivas de existência deixaram de ser satisfeitas apenas pelos artigos produzidos dentro das próprias fazendas de café, pois os trabalhadores livres utilizavam seus salários para comprar e consumir artigos vendidos por armazéns, localizados fora da fazenda de café. (GREMAUD, 2017).

Roberto Simonsen (1973) destacou que, durante a Primeira República, o progresso industrial brasileiro aconteceu alheio à ação dos governos e às questões da política interna. A ausência de indústrias pesadas e básicas na constituição do aparelhamento econômico brasileiro está associada à falta de uma ação coordenada do governo brasileiro para promover a indústria. Indústrias pesadas e de base não se formam sem a existência de capitais suficientes e de uma política econômica e governamental definida e segura, com normas claramente delineadas.

Em 1920, o Brasil realizou o primeiro Recenseamento Geral da República para obter dados acerca da atividade industrial no país. Nesse momento, a produção industrial ainda era confundida com “pequenas oficinas” – com a maior parte das grandes indústrias de fato sendo do ramo têxtil –, onde o trabalho era executado por alfaiates, costureiras, mecânicos, entre outros. Não se diferenciava mão-de-obra industrial e artesanal.

O comportamento das importações de bens de capital para a indústria durante a guerra e a capacidade de oferta ainda era extremamente limitada dos produtores domésticos de máquinas e equipamentos sinalizam que não havia grandes plantas fabris instaladas no país nesse momento, e não se produzia em massa (FRITSCH, 1995).

Gradativamente, a partir da experiência e dos capitais acumulados no setor industrial durante a primeira guerra, foi possível observar algumas transformações na estrutura produtiva, por exemplo, algumas pequenas oficinas de consertos se especializaram e se tornaram verdadeiras fábricas de máquinas e equipamentos. (FAUSTO, 2006).

À medida que os Estados Unidos consolidaram sua hegemonia continental, a agressividade econômica dos capitais norte-americanos ficou mais evidente e o crescimento da indústria genuinamente nacional cada vez mais. Ainda mais, a fim de se beneficiar dos fatores de localização disponíveis no território brasileiro, várias empresas de capitais norte-americanos se instalaram no Brasil para fabricar produtos de baixo custo operacional (PRADO JR., 1949)

A parceria estabelecida com os Estados Unidos prejudicou o crescimento da indústria genuinamente nacional, porém, teve lado favorável ao Brasil, principalmente pela exportação para os Estados Unidos do café brasileiro. Essa demanda, no entanto, decaiu com a crise da quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929, e a queda nas exportações de café afetou o balanço de pagamentos brasileiros e a balança de capital passou a ser negativa (GREMAUD, 2017).

1.2 SEGUNDO SURTO INDUSTRIAL

Após o colapso da Primeira República e a consolidação da Revolução de 30, Vargas subiu ao poder e iniciou uma série de reformas estruturais e institucionais. Mas, somente a partir de 1937, após a instalação do “Estado Novo”, Vargas embarcou com maior decisão em uma política de substituir importações pela produção interna e de estabelecer uma indústria de base padronizada e com capacidade de escala. (FAUSTO, 2006).

Na perspectiva de Celso Furtado, a mudança na conjuntura internacional provocou o deslocamento do eixo dinâmico da economia brasileira, agora pautada na supremacia do mercado interno associado ao processo de formação de capital. (FURTADO, 2007)

O deslocamento do centro dinâmico pode ser compreendido como uma forma de resposta à crise dada por governo de Getúlio Vargas, após a Revolução de 30. Verificou-se de fato um incentivo à industrialização, implementando uma série de medidas econômicas para tentar conter os efeitos da Grande Depressão.

Inobstante a ausência de projeto estatal voltado à promoção da atividade industrial, ao longo da década de 30, o setor industrial passou a ganhar espaço, em detrimento do setor agrícola, na geração de valor adicionado na economia brasileira. (GREMAUD, 2017).

Nesse momento, o processo de industrialização por substituição de importações caracterizou-se pela ideia de “construção nacional”, visando alcançar a autonomia pela industrialização. Nesse ínterim, observou-se uma diversificação da indústria brasileira e uma redução da necessidade de importação para abastecimento doméstico (GREMAUD, 2017)

A esse processo econômico de “modernização conservadora”, autoritária, pelo alto, onde o Estado era o responsável por promover, dirigir e regulamentar a economia, se teve o que pode se chamar de Segunda Revolução Industrial. Modelo este que não depende da existência de uma burguesia industrial coesa para bancar ou propor a industrialização como projeto estatal – apesar de o Estado “criar” a burguesia industrial (DRAIBE, 1985).

Vale dizer que o empresariado industrial atuou no papel de um ator estratégico nas alianças políticas firmadas durante a Era Vargas, muito embora não tenha alcançado a hegemonia do processo industrializante. (LINHARES, 2016)

O desenvolvimentismo, como política estatal de promoção da industrialização, foi implantado de duas formas: 1) como agente regulador, que regula, estimula e cria condições para desenvolver a atividade industrial ao mesmo tempo; 2) com o Estado atuando como agente econômico produtor direto, através das empresas estatais. (GREMAUD, 2017)

As políticas de valorização do café foram retiradas do controle das oligarquias cafeeiras, para seguir uma lógica estatal – comparável ao “Keynesianismo”, como aludido por Franklin Roosevelt, presidente americano de 1933 até 1945, que citou “Tem dois sujeitos no mundo que inventaram o *“new deal”*, um foi eu, o outro foi o Vargas”.

Nesse contexto o Estado brasileiro negociou a constituição e a implantação da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, empresa de economia mista que só se tornou possível com o financiamento norte-americano, que o fez por benefícios próprios, no caso o fornecimento de máquinas e equipamentos para seus objetivos na Segunda Guerra (FAUSTO, 2006)

Os limites da definição plena de um projeto industrializante tornavam-se evidentes, sobretudo quanto às alternativas para seu financiamento. Isso, todavia, não significava inviabilizar mudanças na estrutura produtiva sob o comando do setor de bens de produção, daí resultando um processo de industrialização restringida (LINHARES, 2016).

Importante registrar que a instalação de uma grande companhia siderúrgica era uma questão premente para o governo brasileiro, pois as importações de aço representavam um peso cada vez maior para o balanço de pagamentos continuamente desfavorável. Além disso, a expansão do setor de transportes e o desenvolvimento de uma indústria pesada dependiam da ampliação e da diversificação da transformação do ferro em aço, em escala. (FAUSTO, 2006)

Nos primeiros anos que seguiram à Segunda Guerra Mundial, verificou-se o avanço do processo de industrialização, atribuído, essencialmente, à política de sobrevalorização cambial e controle de importações, implementada para responder aos problemas do balanço de pagamentos, mas, indiretamente, fomentou investimentos na indústria de bens de consumo duráveis, ampliando a força e a demanda do setor industrial. (GIANBIAGI, 2011)

Após assumir a presidência, Juscelino Kubitschek deu início a elaboração de um “Plano de Metas”, composto por 30 metas, divididas em 5 setores e 1 meta principal, gestada durante a campanha, que era a construção de uma nova capital federal - “Brasília”, conforme havia previsto a Constituição de 1891. (LINHARES, 2016)

O Governo JK representava o Nacional Estatismo, a continuidade do “Getulismo”. Além de impedir o golpe, Vargas, ao cometer suicídio, criou condições que viabilizaram a continuação do seu projeto, agora com o slogan “50 anos em 5” (FAUSTO, 2006).

Pautado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e ideais de superação da agroexportação, o projeto de desenvolvimento proposto por Juscelino Kubitschek tinha por objetivo modernizar e industrializar o Brasil, a partir dos seguintes setores: transporte (modelo rodoviário) e energia (GREMAUD, 2017).

À luz desse pensamento, o Governo JK priorizou a instalação da indústria automobilística e, finalmente, observou-se no Brasil um modelo produtivo que se aproximava das diretrizes fordistas no que refere à organização da produção (em série, massificada, mecanizada) (FAUSTO, 2006).

A Instrução nº 113 permitiu a importação de bens de capital à taxa “livre” de câmbio por investidores estrangeiros, caso esses investidores aceitassem, como forma de pagamento, a participação no capital próprio da empresa que importasse o equipamento, em cenário substancialmente mais vantajoso do que se os investidores internalizassem seus capitais à taxa “livre” e depois utilizassem os cruzeiros daí resultantes para recomprar dólares e importar equipamentos à taxa cambial da categoria relevante. (GIANBIAGI, 2011)

Ideal posto, no entanto, as metas não foram cumpridas. Houveram tópicos avanços nos setores de transportes e energia, mas o legado da política inflacionista foi o endividamento do Estado. Nesse contexto fordista brasileiro, inclusive, surgiu o “ABC paulista”, que deu origem ao sindicato dos metalúrgicos, base do partido dos trabalhadores, reunindo católicos progressistas, socialistas e diversos grupos da esquerda reformista (LINHARES, 2016).

Ao mesmo tempo que era visível o aumento do parque industrial, concentrado no Sudeste, houve uma tentativa de utilizar a “malha ferroviária” para integrar o país, diminuindo a concentração no Sudeste e gerando subsídios ao desenvolvimento no Nordeste, ora impulsionado pelo discurso de seus problemas naturais, como a seca (“Indústria da Seca”).

Simultaneamente, nos grandes centros a urbanização evoluía desordenadamente, sem qualquer planejamento, concentrada em poucos centros urbanos, resultando em aumento da criminalidade, problemas de mobilidade e habitação, entre outros (LINHARES, 2016).

2 DO FORDISMO AO PÓS-FORDISMO

Inobstante a completa mudança no sistema político que sucedeu ao fim do período chamado “Experiência Democrática” e início do “Regime Militar”, em matéria econômica, o projeto desenvolvimentista de modernização impulsionado pela industrialização se manteve assentado nas seguintes bases: facilitação do investimento estrangeiro, redução do papel do Estado e busca pela ampliação do ritmo de crescimento. (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Após o golpe de 1964, face à exiguidade da poupança interna e a decidida opção do capital estrangeiro pelo setor de bens de consumo duráveis, os militares tiveram que patrocinar a intervenção estatal, criando uma das maiores redes de empresas monopolísticas públicas (mineração, energia elétrica, telecomunicações, transporte, siderurgia) (LINHARES, 2016)

A fim de tentar resolver o problema do balanço de pagamentos e aliviar a pauta de importações, os militares intensificaram os investimentos voltados à indústria de capital. Nesse momento, tem início uma ampliação da infraestrutura interna para produzir máquinas produtoras de máquinas e a incorporação dos setores de ponta como a química fina, a informática, a indústria de armas e tecnologia militar. (LINHARES, 2016)

Durante o período de 1969 até 1973, conhecido como “Milagre Brasileiro”, vê-se que as medidas econômicas implementadas pelo governo militar também foram keynesianos. Além de estabelecer o controle sobre os preços, o Estado concentrava a maior parte do poder de decisão sobre investimentos da administração pública e empresas estatais (GREMAUD, 2017).

A estabilidade econômica mundial construída no pós-guerra foi colocada à prova logo no início da década de 1970, quando os países produtores de petróleo paralisaram a produção, provocando uma significativa redução da disponibilidade e, conseqüentemente, elevação do preço em escala mundial. O “Primeiro Choque do Petróleo”, denunciou o despreparo do regime fordista ante qualquer mudança na estrutura produtiva, muito menos, um momento de retração. (HARVEY, 2008). Fechar as fábricas estava longe de ser uma opção viável. Enfim, o sistema fordista não admitia nenhuma política de gestão de crise e adaptação às novas condições de mercado. (HARVEY, 2005)

Nesse contexto de mudança das necessidades e das demandas do mercado, de redução do consumo, de redução do emprego e de escassez de matéria-prima, teve início o processo de transição do Fordismo, regime de acumulação rígido, para o Pós-Fordismo, regime de acumulação flexível, capaz de criar, alterar e adaptar as características de um determinado produto, a fim de corresponder às expectativas heterogêneas dos consumidores e alcançar uma fatia maior do mercado (HARVEY, 2008).

A segmentação proporciona o tempo de giro do produto e do consumidor. A substituição de modelo é uma das estratégias mais frequentes para acelerar o tempo de giro do produto. Aparelhos celulares, por exemplo, são constantemente substituídos por um modelo mais atualizado. Cada inovação representa um pico de acumulação. Quanto mais rápido se cria, mais rápido é o surgimento de um novo pico de acumulação.

O desafio da produção customizada se resume em fazer pequenas inovações e lançar linhas novas do mesmo produto em ciclos curtos de tempo. Para cumprir o desafio, o regime de acumulação pós-fordista parte da lógica *Just in time*, ou seja, não se massifica a produção, nem se armazena grandes estoques, mas sim se aposta na precisão da cadeia produtiva, encaixando as operações ao nível de demanda, evitando estoque parado (HOBSBAWM, 2003).

Uma vez introduzido o modelo pós-fordista de organização da produção, tornou-se viável produzir em rede, através da compartimentação da produção em nós espalhados pelas mais diversas regiões do planeta, em busca de vantagens específicas. Importante destacar que cada um desses nós responde somente por parte da produção. (CASTELLS, 2002)

A produção em rede somente foi possível devido aos avanços observados nos setores de transportes e telecomunicações que ocorreram no pós-1970, sobretudo com o advento da comunicação via satélite, os quais proporcionaram as condições técnicas, informacionais, logísticas e comunicacionais necessárias à produção em escala realmente global.

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, à medida que a flexibilidade do modelo de produção em rede suplantava a rigidez do regime de acumulação fordista, foi possível observar um processo de reestruturação do sistema capitalista, que possibilitou a superação do momento de crise e inaugurou um novo período de acumulação (HOBSBAWM, 2003).

O comércio internacional nos produtos da indústria, motor do crescimento mundial, continuou, e nos anos de boom da década de 1980 até mesmo se acelerou em ritmo comparável ao da Era de Ouro. No fim do “Breve Século XX”, os países do mundo capitalista desenvolvido se achavam, tomados como um todo, mais ricos e mais produtivos do que no início da década de 1970, e a economia global da qual ainda formavam o elemento central estava imensamente mais dinâmica. (HOBSBAWM, 2003, p. 395).

A prosperidade, porém, ficou restrita aos países centrais e não se estendeu à África, à Ásia ocidental e à América Latina, regiões tradicionalmente marginalizadas. Para essas regiões, a década de 1980 foi de depressão (HOBSBAWM, 2003).

David Harvey (2008) analisa o processo de transição do regime de fordista para o regime pós-fordista sob a perspectiva da regulação, que parte de uma crítica à ortodoxia marxista. A perspectiva da regulação contesta o argumento marxista sobre as crises enquanto intrínsecas à superação do capitalismo, defendendo que as sucessivas crises, por si só, não serão capazes de sobrepujar o sistema capitalista automaticamente, sugerindo que a cada grande crise, em verdade surge um novo regime de acumulação e um novo modo de regulação.

Até a década de 1970, vigorou o regime de acumulação fordista com o modo de regulação Keynesiano. Após a década de 1970, o regime de acumulação pós-fordista e o modo de regulação Neoliberal (HARVEY, 2008).

2.1 NOVA DIVISÃO DO TRABALHO: FLEXIBILIDADE E SUBCONTRATAÇÃO

À medida que o neoliberalismo se projetou e se estruturou como o novo modo de regulação universal, verificou-se transformações substanciais nas relações capital-trabalho, sobretudo no que se refere à emergência de legislações que favorecem vínculos mais tênues e precários entre empresas e operários. Cada vez mais, se consolidou uma perspectiva de trabalho temporário e de contratos flexíveis, resultando em terceirização e subcontratação.

Sobre os diferentes níveis da força de trabalho sob o regime de relações flexíveis, no centro, há um grupo *core* (essencial) de força de trabalho, mantido diretamente à empresa. Após este, um primeiro grupo periférico, já secundário dentro da estrutura produtiva, já sujeita à flexibilidade. Um segundo grupo periférico, mantido através de contratos temporários, para executar funções específicas, estagiários, muitas vezes subsidiados pelo governo, trabalho compartilhado, agências de temporários, trabalhadores sob o regime de *self employed* (por conta própria) e, por fim, o regime de subcontratação ou *outsourcing*. (HARVEY, 2008)

No decorrer do processo de subcontratação, vê-se a transferência involuntária de tecnologia entre as empresas envolvidas na cadeia produtiva. Além disso, verifica-se o surgimento de réplicas que, por si só, não são capazes de afetar o mercado. Porém, podem ocorrer casos similares ao das empresas japonesas e coreanas, que conseguiram alcançar nível de desenvolvimento tecnológico próprio capaz de concorrer por grandes fatias do mercado e subir de patamar na divisão internacional do trabalho. (CASTELLS, 2002)

O processo de subcontratação também está relacionado ao elevado grau de precariedade das condições de trabalho, vivenciado pelos trabalhadores vinculados às empresas subcontratadas, que executam a produção. As empresas que retêm o poder de decisão, concepção e desenvolvimento, via de regra, têm seu valor de mercado calculado com base na credibilidade das suas marcas – justamente buscando se desvincular, por exemplo, à imagem de empresa que oferece trabalho precário (CASTELLS, 2002)

No que se refere à organização dos trabalhadores, à medida que a produção em rede espalhou a produção, notou-se um enfraquecimento progressivo da atividade sindical. Esse fenômeno está relacionado à flexibilização do trabalho, pois o novo modelo produtivo não deixou de concentrar um número significativo de trabalhadores em um mesmo espaço, contudo o novo formato de trabalho passou a dificultar a aglutinação desses operários dentro de uma mesma estrutura sindical, isto é, houve uma fragmentação sindical. (CASTELLS, 2002).

À medida que o modelo pós-fordista reduziu a capacidade de organização da atividade sindical e dificultou a organização dos trabalhadores, em paralelo, verifica-se um desmonte do arcabouço de direitos trabalhistas que haviam sido conquistados na constância do modo de regulação Keynesiano e do regime fordista.

Registra-se que, em alguns países não foram alcançados pelo desenvolvimento industrial do regime fordista e pelo modo de regulação keynesiano, os direitos sociais não haviam sido conquistados. “Chegaram atrasados”, ao não desenvolverem sua indústria em período de promoção de legislações trabalhistas (HARVEY, 2008).

Conforme o regime de acumulação pós-fordista e o modo de regulação neoliberal avançaram sobre as mais distintas regiões do planeta, o mercado externo conquistou cada vez mais um espaço de destaque e potencializou o seu papel dentro da estrutura. Os avanços vivenciados pelo setor de transportes no após a década de 1970 reduziram o custo logístico em escala internacional, viabilizando a compensação das perdas no mercado interno, decorrentes da precarização da capacidade de consumo dos trabalhadores.

Nesse contexto, alguns países implementaram uma estratégia econômica de plataformas de exportação, destinada à criação de condições atraentes em seus territórios, para receber investimentos estrangeiros e desenvolver a industrialização. Os “Tigres Asiáticos”, precursores dessa estratégia, conseguiram se tornar altamente industrializados e são hoje grandes exportadores de produtos manufaturados e de alta tecnologia

Segundo Manuel Castells (2002), o caso dos Tigres Asiáticos por de ser compreendido como um “desenvolvimentismo de sobrevivência”, pois para sobreviver como territórios, eles tiveram que “bançar” um modelo de desenvolvimento. Contudo, Castells argumentou que não se trata de um modelo econômico de desenvolvimento, pois, cada um dos quatro territórios se desenvolveu de maneira própria e distinta, apenas o ponto de partida, a estratégia que desencadeou o desenvolvimento dos quatro territórios é semelhante e está baseada em plataformas de exportação. De forma ou outra, um padrão pós-fordista.

No que se refere à organização do espaço, o objetivo central da estrutura pós-fordista é desconcentrar a estrutura produtiva, tanto em escala nacional, quanto em escala global. Nesse contexto, sobreveio o modelo de produção reticular estruturada em torno de redes produtivas, conectadas através de pontos cada vez mais distantes. Espalha-se a produção para se obter as vantagens de cada parte da cadeia produtiva, evitando pontos de saturação – é nesse momento que se verifica a saída da execução industrial em busca de condições mais vantajosas para o desenvolvimento das redes de produção.

2.2 PÓS-FORDISMO E SEMIPERIFERIAS

Lembra-se que no Fordismo poucos países do mundo vivenciaram o fenômeno industrial. Já no pós-fordismo, o fenômeno industrial avançou e se espalhou globalmente. As

etapas produtivas foram fragmentadas por diferentes regiões do planeta. No fordismo, centro de alto valor agregado e periferia contrária. Havia uma transferência espacial do valor da periferia em direção ao centro, assentada na dinâmica das trocas desiguais, que é a pedra de toque para avaliar a essência da Teoria da Dependência e a substituição de importações.

A tendência contínua à deterioração dos termos de troca fez com que alguns países subdesenvolvidos, inclusive o Brasil, buscassem desenvolver uma indústria de capital sólida para tentar superar a condição de periferia. (TAVARES, 2019)

Ao longo do século XX, vários países começaram a ensaiar processos de industrialização, a indústria se fragmentou e espalhou as atividades produtivas pelas mais distintas regiões do planeta. É nesse contexto que a indústria brasileira se desenvolveu.

Nesse sentido, foi necessário estabelecer o papel a ser exercido pela semiperiferia nessa nova organização do trabalho. Os países semiperiféricos, via de regra, haviam passado por processos de industrialização, porém, não haviam consolidado uma indústria de maior conteúdo tecnológico e maior valor agregado.

Na maior parte dos casos, foi mantida a dependência da importação de produtos de maior densidade tecnológica e, via de consequência, foi preservada a transferência espacial do valor da semi-periferia em direção ao centro. Na divisão internacional do trabalho clássica, a condição de centro ou periferia era determinada conforme o grau de industrialização do país. Sob essa lógica, quem tinha indústria metal-mecânica-química era considerado centro e quem não tinha indústria era considerado periferia. Já na nova divisão internacional do trabalho ter ou não ter indústria é irrelevante, pois a partir do momento que a indústria se espalhou globalmente, vários territórios se tornaram industrializados. (TAVARES, 2019)

Nessa nova conjuntura global, o que define a posição de centralidade dentro do sistema internacional é a capacidade tecnológica dos países, ou seja, os Estados que detêm o poder sobre a tomada de decisão e sobre a concepção. A execução está distribuída pelo mundo, buscando sempre os fatores de localização mais vantajosos para o desenvolvimento das cadeias produtivas, sobretudo mão-de-obra barata. (HARVEY, 2008).

Qualquer país que pretenda alcançar uma posição de centralidade terá que ser capaz de dominar, obrigatoriamente, um conteúdo tecnológico mais sofisticado. Além disso, deverá concentrar no seu território centros de tomada de decisão em escala global. (HARVEY, 2008).

Nesse contexto surgem as chamadas “cidades globais”, espaços que concentram as elites gerenciais dominantes, ou seja, são locais de produção da economia global informacional, que concentram as funções direcionais da produção mundial. O topo da hierarquia de cidades globais está vinculado ao centro do sistema econômico internacional. (CASTELLS, 2002).

Para concentrar o poder de decisão em seus territórios, os países centrais investem na formação de tecnopólos, locais que reúnem empresas voltadas à pesquisa e ao desenvolvimento de altas tecnologias. Nessas empresas verifica-se a concentração de mão-de-obra altamente qualificada. Atualmente, a maior parte dos produtos são desenvolvidos e projetados (*designed*) nos EUA, e montados (*assembled*) em várias partes, em especial, na Ásia. (EL PAÍS, 2020).

Contudo, a supremacia econômica norte-americana parece estar cada vez mais ameaçada frente aos processos de transição vivenciados pela China e pelo Sul da Índia, que estão deixando de ser territórios restritos à execução pautada na exploração de mão-de-obra barata, para investir no setor de desenvolvimento de tecnologia, a fim de conseguir alcançarem um nível de desenvolvimento tecnológico próprio (EL PAÍS, 2020).

3 A POSIÇÃO SEMIPERIFÉRICA DO BRASIL NO PÓS-FORDISMO

O Brasil, assim como as demais economias semiperiféricas, também passou por processos de industrialização ao longo do século XX e galgou o reconhecimento por parte da comunidade internacional como país emergente. Na teoria, portanto, o Brasil está inserido no sistema internacional da divisão do trabalho como um país industrializado. Na prática, contudo, o Brasil continua sendo um país exportador de *commodities*. (AREND, 2014).

À medida que o Brasil permanece preso à uma configuração industrial arcaica, que na sua essência não mudou desde a década de 1980, fica cada vez mais difícil para o país reter no território nacional a capacidade de tomada de decisão e concepção, condições essenciais ao processo de transição para uma posição de centralidade dentro do sistema internacional.

A estrutura industrial brasileira não seguiu o padrão das economias centrais, não se adaptou ao paradigma microeletrônico e não conseguiu ingressar nos setores mais dinâmicos da nova revolução tecnológica. (AREND, 2014).

Desde o início da década de 1990, o Brasil vem atravessando um processo extremo de desindustrialização, em grande medida associado às diretrizes econômicas neoliberais propostas pelo “Consenso de Washington” em 1989. A indústria brasileira remanescente se restringe à produção de manufaturas de menor concentração tecnológica. A exportação de manufaturados com alta tecnologia agregada é limitada (AREND, 2014).

Por um lado, o Brasil é um grande produtor de vários produtos agropecuários, mas, por outro lado, processa pouco ou quase nada, não agrega valor dentro do território. Por exemplo, o Brasil exporta grãos “in natura” de café de melhor qualidade para os “traders” internacionais e depois importa esses mesmos grãos de café, torrados, que passaram por

“*blending process*”, processo de mistura. Centrais usam insumos brasileiros para agregar valor, e em seguida reexportá-los. O Brasil está inserido nas cadeias globais de valor em uma posição de mero ofertante de insumos (AREND, 2014).

Não é de hoje que o Brasil insiste em defender sua predestinação à produção agropecuária, ao passo que arroga para si a “nobre” missão de alimentar o mundo. Não é novidade que a ideia de que o mundo depende do alimento brasileiro sempre foi instrumentalizada para manter políticas de Estado voltadas à proteção de elites agrárias do país.

Conforme o Brasil continua se especializando na exportação de *commodities*, o Mundo vai na direção contrária e investe cada vez mais em complexos eletrônicos. Há uma tendência de longo prazo de queda da demanda mundial por produtos agrícolas e de elevação da demanda por produtos relacionados ao complexo eletrônico (AREND, 2014).

Não significa sugerir um abandono da exportação de *commodities* primárias, produtos de grande importância para a balança comercial brasileira e manutenção de *superávit* comerciais, além de que exportar não é *per se* um problema, vide o fato de que um dos maiores exportadores de primários do mundo é justamente os Estados Unidos.

O que se aponta é a fidelidade brasileira ao modelo agroexportador, dificultando a colocação do Brasil em posições prestigiadas no sistema internacional. Ante a nova divisão internacional do trabalho, precisa-se traçar uma estratégia alternativa, capaz de ampliar a capacidade de produção de conteúdo tecnológico a fim de drenar mais valor na divisão internacional do trabalho contemporânea.

Durante o Fordismo, observou-se o restrito grau de inserção do Brasil na indústria de base e de capital. No pós-Fordismo, ratifica-se, mais uma vez, o restringido grau de inserção da indústria brasileira nas novas tecnologias. A participação brasileira na estrutura produtiva mundial é insignificante, fornecendo matérias-primas para outros adicionarem valor. (AREND, 2014).

Figura 1 - Visão Geral dos Produtos Exportados pelo Brasil (Jan-Set 2022)¹



Fonte: Comex (2022)

À medida que o capital internacional qualifica o Estado brasileiro como sendo incapaz de agregar valor às cadeias globais, o país fica cada vez mais distante do centro do sistema internacional. Destarte, se não houver uma política econômica que priorize o ingresso do Brasil na revolução tecnológica, possivelmente, chegará um momento em que o país será excluído das cadeias globais de valor definitivamente. (SANTOS, 2001).

A exclusão do Brasil das cadeias globais de valor vai em total desencontro com a ideologia neoliberal difundida no início dos anos 1990, que sugeria que o processo de globalização tinha por objetivo integrar, unir e incluir os Estados em escala global. Com base nessa falácia, Herbert Marshall McLuhan (1971) defendeu o conceito de “aldeia global”, no início da década de 1970, sugerindo que o mundo é um lugar pequeno, onde o espaço é limitado e num curto espaço de tempo é possível saber e dominar tudo que acontece dentro desse espaço, através do desenvolvimento de tecnologias avançadas.

Milton Santos contestou a teorização proposta por McLuhan e classificou essa perspectiva acerca do processo de globalização como uma “grande fábula”, criada a partir de um discurso utópico e muito distante da realidade. (SANTOS, 2001).

Ao contrapor a ideia de “aldeia global”, Milton Santos (2001) sugere que na prática o processo de globalização não é integrador, unificado e inclusivo, mas sim se tratando de um processo perverso, seletivo e excludente, de forma que dificilmente poderá ser alcançada pelos

¹ Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>

países periféricos e semiperiféricos, haja vista não contarem com as condições técnicas que garantem o ingresso à centralidade do sistema.

3.1 SUGESTÕES TEÓRICAS PARA A SAÍDA DA SEMIPERIFERIA

Inobstante a visão bastante crítica acerca do tema, Milton Santos (ANO) sugere que é possível pensar o processo de globalização como possibilidade, entendendo que, já que não se volta ao status quo ante” liberalização, buscar-se-á a reversibilidade política já que as mesmas condições técnicas que permitem a atuação em escala global, que permitem a instalação de redes produtivas pelos mais distintos lugares do planeta, também viabilizam um ganho de escala para transformar o processo.

Partindo da premissa que seja possível utilizar algumas tecnologias disponíveis em prol da transformação do processo, é possível admitir a hipótese de o Brasil sair da inércia e superar o atraso tecnológico a partir de políticas de Estado voltadas à educação, à preservação ambiental, à inovação tecnológica, à geopolítica, à indústria digital, entre outras agendas.

Ao que tudo indica, o desenvolvimento tecnológico brasileiro deverá ser acompanhado, necessariamente, por transformações profundas no sistema nacional de educação, buscando aumentar a disponibilidade de mão-de-obra qualificada, grande ativo para atrair investimentos e na definição da localização dos centros de pesquisa e desenvolvimento dentro das cadeias produtivas globais.

No mesmo sentido, é necessário investir na instalação de parques tecnológicos capazes de fomentar o surgimento de novas empresas de tecnologia, além de incubá-las e acelerar o seu crescimento, através de acordos de cooperação entre o Estado, instituições de ensino e empresas. (AREND, 2014).

Não se pode olvidar que a conjuntura atual não nos permite dissociar a agenda do desenvolvimento e as questões ambientais. Nesse sentido, é necessário fortalecer projetos voltados à economia verde, particularmente no que se refere à exploração da biodiversidade da Amazônia e dos demais biomas brasileiros.

A lógica geopolítica contemporânea classifica os recursos naturais como uma espécie de patrimônio genético, não só pela matéria-prima para abastecer a indústria de transformação, mas também para o desenvolvimento de tecnologias. Sendo assim, à medida que a tecnologia é um elemento chave em matéria de inserção dos países na divisão internacional do trabalho, manter a floresta em pé tornou-se uma alternativa lucrativa para combater o desmatamento praticado para expandir a lavoura agrícola. (BECKER, 2005).

Ao passo que a biodiversidade se tornou uma espécie de “novo recurso de poder”, ela passou a ocupar um papel central na agenda geopolítica. Bertha Becker (ano), inclusive, resgatou o termo clássico “*heartland*”, para classificar áreas extremamente ricas em recursos naturais e pouco exploradas, que podem ser transformadas em recursos de poder na atualidade.

Bertha Becker (ano) utiliza a expressão “a incógnita do *heartland*” para falar acerca da urgência do Estado brasileiro em definir políticas destinadas à Amazônia, o “grande *heartland* brasileiro”, o último fundo territorial nacional onde os recursos naturais são relativamente pouco explorados.

O destino da Amazônia é uma decisão premente, pois trata-se de uma resolução capaz de determinar o futuro do Brasil na divisão internacional do trabalho. A primeira opção é seguir com o vetor tecno-industrial, que segue o modelo de desenvolvimento iniciado na região nos idos da década de 1970, utilizando políticas de exploração mais tradicionais e de alto impacto sobre o meio ambiente. A segunda opção é adotar um novo modelo de desenvolvimento e seguir o vetor tecno-ecológico, baseado em produção de tecnologia, em patrimônio genético e em sustentabilidade. (BECKER, 2005).

A opção pelo desenvolvimento tecnológico e sustentável da Amazônia, possivelmente agregaria mais valor para o Estado brasileiro, inclusive possibilitando arranjos geopolíticos que viabilizem o ingresso do Brasil na revolução tecnológica que teve início nos países avançados há mais de três décadas. (BECKER, 2005).

Atualmente, o enfrentamento às mudanças climáticas e à economia de baixo carbono é um desafio que permeia a agenda da maior parte dos países desenvolvidos. Nesse contexto, a opção pelo vetor tecno-ecológico pode conduzir o Brasil ao protagonismo internacional em matéria de economia verde, reconhecido em nível global por gerar empregos sustentáveis, respeitar os povos originários, preservar biomas e, desenvolver uma indústria voltada à pesquisa e ao desenvolvimento sustentável.

É necessário lembrar que conforme as mudanças climáticas avançam, elas impactam os recursos naturais territorializados, por exemplo, o potencial agrícola de diversas áreas ao redor do mundo. Destarte, a não preservação do meio ambiente, a médio e longo prazo, irá prejudicar o setor agroexportador, principal vetor da economia brasileira (BECKER, 2005).

Um cenário de esgotamento dos recursos naturais associado ao declínio da atividade agropecuária seria catastrófico, pondo fim a qualquer possibilidade de desenvolvimento, condenando o Brasil à exclusão total das cadeias globais e, mais ainda, sentenciados à miséria, à fome, à pobreza extrema, à desigualdade social, entre tantos outros problemas enfrentados por territórios que não têm nada a oferecer para o perverso tabuleiro geopolítico.

CONCLUSÃO

A leitura deste trabalho, cuidadosamente arquitetado de forma cronológica, demonstrou, primeiramente, uma fidelidade do Brasil ao modelo agroexportador, de forma que a sua superação – que não significa esquecimento, este sequer desejável – perpassa por profundas reflexões, desde mudança do imaginário popular acerca do *celeiro do mundo*, até a difíceis negociações que haveriam de acontecer com a elite agrária.

Esse trabalho de longo prazo com o comprometimento exportador, sem a vigilância das mudanças que estavam ocorrendo na economia global, fez com que o Brasil não evoluísse do status de semiperiferia, e pior, dando pouquíssimos indícios de curto prazo referente à quebra desse paradigma.

No entanto, guardadas as proporções, seria *fácil* para um país com tantas riquezas, visto inclusive a presença de uma *heartland* – possivelmente a grande *heartland* dos próximos anos de economia verde – saltar com relativa agilidade da semiperiferia para a posição central, unindo as virtudes locais com as demandas universais de desenvolvimento, como no fomento à educação para a formação de mão-de-obra qualificada na área de tecnologia.

De forma dúbia, quiçá irônica, essa facilidade é acompanhada de uma emergência. Não se pode concluir, conforme uma leitura apressada desses primeiros parágrafos conclusivos pode despertar, que o Brasil está diante da escolha de se manter semiperiférico ou de evoluir para a posição central, mas sim em um perverso limbo no qual, enquanto detentor de uma *heartland*, se não realizar determinadas medidas que lhe trariam prestígio de país central (notadamente medidas de economia verde), corre o risco de perder o seu grande ativo agroexportador, que cultivara tão longínqua fidelidade.

REFERÊNCIAS

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Dossiê Amazônia Brasileira I • Estud. av.** 19 (53) • Abr 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. CAMEX. **Visão Geral dos Produtos Exportados pelo Brasil (Jan-Set 2022)**. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis> Acesso em: 15 out. 2022.

BURNS, Edward McNall. **História da Civilização Ocidental**. 20 ed. Porto Alegre: Editora Globo. 1977.

CALIXTRE, André Bojikan; BIANCARELLI, André Martins; CINTRA, Marcos Antonio Macedo. **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. – Brasília : IPEA, 2014.

CARDOSO, F. Henrique, e FALLETO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. São Paulo, Difel, 1970.

GIAMBIAGI, Fábio. **Economia brasileira contemporânea [recurso eletrônico]: 1945- 2010** – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil: 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. 12 ed. São Paulo: Edusp, 2006.

FERREIRA LIMA, H. **História político-econômica e industrial do Brasil**. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1973

FRITSCH, Winston. Apogeu e Crise na Primeira República: 1900-1930. In: Marcelo de Paiva Abreu (org.). **A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Nacional, 2007.

GRAMSCI, Antônio. **Americanismo e Fordismo**. Tradução: Gabriel Bogossian. Cadernos do Cárcere. São Paulo: Hedra, 2008.

GREMAUD, Amaury Patrick. **Economia brasileira contemporânea**. – 8. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIESENBERG, Luciano. **A inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho e as especificidades do comércio exterior paulista (1999 a 2014)**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/T.8.2018.tde-27082018-153157. Acesso em: 2022-08 11.

LINHARES, Maria Yedda Leite. **História Geral do Brasil**. Editora Elsevier. 10ª edição. 2016.

ABREU, Marcelo de P. **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MCLUHAN, Herbert Marshall. **A revolução na comunicação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil – opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

NOVAIS, Fernando Antonio e MELLO, João Manuel Cardoso de. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. História da vida privada no Brasil : contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

OLIVEIRA, Francisco. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro, Graal, 1977.

PINTO, Geraldo Augusto. **A Organização do Trabalho no Século 20 Taylorismo Fordismo e Toyotismo**. São Paulo: Expressão Popular. 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1949.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização "do pensamento único à consciência universal"** - Editora Record - Rio de Janeiro - São Paulo 2001

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo: Schwarcz S.A., 2015.

SIMONSEN, Roberto C. **Evolução Industrial no Brasil e outros estudos**. Brasileira, V. 349. 1973.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma História do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TAVARES, Maria da Conceição. "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil". In: Maria da C. Tavares. **Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972

TAVARES, Maria da Conceição, Assis, José Carlos. **O Grande Salto para o Caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

VILLELA, Anibal; WILSON, Suzigan. **Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-. 1945**. 3a ed., Brasília: IPEA, 2001